RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL Nº 01/2024-MP/PJSGA
(Procedimento Administrativo SAJ nº 09.2024.00000077-9)

Referente a ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS NO MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, por meio da Promotoria de Justiça de São Geraldo do Araguaia, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, nos termos do artigo 129, II e VI da Constituição Federal, do art. 27, parágrafo único, inciso IV da Lei 8.625/93, e artigo 55, parágrafo único, IV, da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), que autorizam o *Parquet* a promover “*recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas nos incisos do caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito.*”

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativa, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, alínea “a”, da Lei n.º 8.625/93;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 prevê no artigo 37, XVI, a vedação de acumulação de cargos públicos, exceto quando houve compatibilidade de horários e nas hipóteses taxativamente previstas;

CONSIDERANDO que a vedação de cumulação incide, inclusive, quando o servidor encontra-se afastado de um dos cargos por motivo de licença ou assemelhado;

CONSIDERANDO que a averiguação das situações que configuram acúmulo ilegal de cargos é dever da Administração Pública e que a continuidade dessas situações gera grave dano ao erário, além de comprometer a moralidade e eficiência do serviço público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Tocantins comunicou a esta Promotoria de Justiça de São Geraldo do Araguaia sobre denúncia de acumulação de cargos de servidores efetivos do estado do Tocantins na Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia;

RESOLVE RECOMENDAR ao Prefeito de São Geraldo do Araguaia, o Sr. **JEFFERSON DOUGLAS JESUS OLIVEIRA** que:

Promotoria de Justiça de São Geraldo do Araguaia	Recomendação	PA nº 09.2024.00000077-9

Notifiquem-se todos os servidores públicos que estejam **cumulando funções de forma ilegal** para que, no prazo de 72 (setenta e duas) horas façam a opção entre os cargos, sobretudo os servidores denunciados. Em caso de não haver a mencionada opção, sejam, imediatamente, exonerados do (s) cargo (s) acumulado (s);

Cientifiquem-se todos os servidores públicos municipais da ilegalidade da acumulação, nos casos vedados em lei, a fim de que realizem a escolha, sob pena de incidir na prática de ato de improbidade administrativa;

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ adverte que, a partir da entrega da presente recomendação, fica o destinatário pessoalmente ciente da situação exposta e, nestes termos, passível de responsabilização por quaisquer eventos futuros imputáveis a sua omissão quanto às providências solicitadas.

Requisita-se, com fundamento no art. 8º, inc. II da Lei Complementar nº 75/93, que o destinatário informe, em até 10 (dez) dias, se acatará ou não esta **RECOMENDAÇÃO**, apresentando, em hipótese negativa, os respectivos fundamentos.

Cabe, portanto, advertir que a inobservância da Recomendação Ministerial serve para fins de fixação de dolo em futuro e eventual manejo de ações judiciais de improbidade administrativa. À presente deve-se dar publicidade, devendo ser fixada no mural ou similar das sedes dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como desta Promotoria de Justiça, com envio de cópias ao Sindicato dos Servidores Públicos dos Municípios, para conhecimento e ampla divulgação.

Encaminhe-se cópia desta recomendação para publicação no diário oficial do MPPA.

São Geraldo do Araguaia, 15 de janeiro de 2024.

ERICK RICARDO DE SOUZA FERNANDES
Promotor de Justiça

Promotoria de Justiça de São Geraldo do Araguaia	Recomendação	PA nº 09.2024.00000077-9